Ação sindical ampliada: mais um capítulo do ABC '*ativo-propositivo*'

Extended union action: a further chapter from ABC's *active-propositive* road

Leonardo Mello e Silva*

Resenha do livro: RAMALHO, José Ricardo; CONCEIÇÃO, Jefferson José da. **Caças supersônicos e o ABC Paulista**. Tecnologia e reconversão industrial. São Paulo: Editora Papagaio, 2024, 288 p.
Palavras-chave: sindicalismo ABC; arranjos produtivos locais; distritos industriais e inovação; caças *Gripen*.
Keywords: ABC's unionism; local productive networks; industrial districts and innovation; *Gripen* avion-fighters.

Caças supersônicos e o ABC paulista. Tecnologia e reconversão industrial, de José Ricardo Ramalho e Jefferson José da Conceição, é uma publicação bastante oportuna para o momento histórico que vivemos. Vai-se tentar a seguir demonstrar as razões para isso.

O livro está dividido em três capítulos e um rico painel de anexos e caderno de fotos compondo a parte documental, coerente com um tipo de trabalho acadêmico onde os fatos e eventos relatados na parte discursiva encontram uma demonstração e confirmação convincentes. Os capítulos, por sua vez, têm uma distribuição equilibrada de seções; os dois primeiros com cinco cada um (incluindo as considerações finais) e o último com nove, sendo este, entretanto, aquele que concentra o material mais rico da pesquisa, que são as entrevistas, justificando por isso sua extensão mais larga, gerando, no fim, um efeito ponderado positivo.

De fato, é nas entrevistas[1] que se pode aquilatar, para aqueles que se interessam pelo tema e por suas implicações científicas e teóricas, o quanto o livro contribui para um traçado da

* Doutor pela Universidade de São Paulo (1997). Atualmente é docente MS-3 na mesma Universidade. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia do Trabalho, atuando principalmente nos seguintes temas: sindicalismo, reestruturação produtiva e qualificação do trabalho. E-mail: leonardomellosilva@gmail.com. Orcid: https://orcid.org/0000- 0003-0753-7110MS-3.

1 Há também, além das entrevistas, segundo o que é sugerido, o recurso à aplicação de um questionário junto à empresa Saab.

história das relações de classe modernas no país, em especial nas últimas décadas – para ser mais preciso, nas últimas três décadas, tomando o marco da câmara setorial do setor automotivo como parâmetro temporal (1992). A fala dos entrevistados captura uma série de questões que permitem entrar melhor no contexto mental que orienta as decisões e as escolhas dos atores coletivos do mundo do trabalho – sindicatos, empresários e poder público, seja esse último em sua esfera municipal (São Bernardo do Campo), territorial e local (o chamado Grande ABC), ou federal (os governos petistas e sua relação privilegiada com o Sindicato de Metalúrgicos de São Bernardo, protagonista da trama envolvendo a escolha dos caças *Gripen* para renovar a frota aeronáutica de defesa nacional).

As *questões* a que se fez referência são de vário tipo e amplitude; elas dependem do quanto o leitor está familiarizado e envolvido com o debate que vem transcorrendo no campo da sociologia do trabalho brasileira, uma área especializada das ciências sociais que tem a sua dinâmica intelectual, isto é, sua bibliografia, seus autores canônicos, seu repertório de temas e problemas, sua inspiração doutrinária e teórica e seus métodos mais consagrados de investigação. Quanto a esse aspecto, mais será desenvolvido pormenorizadamente abaixo. Já em um registro de leitura antes epidérmico e menos, por assim dizer, 'iniciado', o leitor tem diante de si um fascinante relato de como foi o processo de negociação, complexo e com riqueza de detalhes, para não apenas a compra de um estoque de caças supersônicos da empresa sueca Saab pela Força Aérea Brasileira, mas também para a instalação de uma fábrica de aeroestruturas no país, em um determinado território, e com condições muito importantes de transferência de saber tecnológico e de enxameamento produtivo pela via de uma cadeia de fornecedores local, aproveitando as sinergias já existentes e aquelas por potenciar. Em suma: é uma leitura útil para um público interessado nos problemas nacionais mais estruturais – desenvolvimento, industrialização, defesa militar, inovação tecnológica -, preenchendo, portanto, um papel social relevante na disseminação de um conhecimento acessível à cidadania interessada e atenta aos produtos que a ciência social pode aportar para o entendimento da sociedade em que vive. Desse ponto de vista, pode-se dizer que o projeto de pesquisa que deu origem ao livro foi extremamente bem-sucedido.

Vários temas de interesse bem atual, e que num discurso mais ligeiro aparecem frequentemente como chavões, são tratados e problematizados ali, na fala dos informantes: o papel dos distritos industriais como polos de inovação (os *tecnopolos*); a transferência de tecnologia (os cientistas entrevistados permitem um vislumbre do *como* isso pode ser efetivado, além dos problemas envolvidos); os ecossistemas de inovação (que, na verdade, se conectam com a questão das *redes sociais de produção*, tema que não é discutido e nem sequer mencionado no livro, mas que acaba sendo indiretamente abordado por essa via, já que há uma clara conexão de sentido entre ambos); o significado da "indústria expandida" (pág. 122), que se caracteriza pela relação íntima e funcional entre manufatura *e* serviços (industrialização

dos serviços simultaneamente à aproximação da manufatura a certas atividades de serviços) – eis aí um repertório mínimo do que é oferecido ao leitor.

Tudo isso é conectado ao que talvez seja o elemento essencial do trabalho de pesquisa contido no livro: o papel do sindicalismo e dos atores políticos que orbitam em torno dele.

Há todo um conjunto de inciativas recentes do movimento sindical protagonizado pelo ABC que estão em linha com o caso da luta pela reconversão industrial da região e com a fixação da produção nativa de caças supersônicos, e que a precedeu. Pode-se citar o programa InovarAuto; o Forum da Cidadania; o Arranjo Produtivo Local de Defesa (entre março de 2013 e 2016), e – no caso específico dos caças – a criação, em maio de 2011, do Centro de Pesquisa e Inovação Sueco-Brasileiro (CISB). Um dos pontos positivos do trabalho é remarcar essa espécie de linha do tempo de tais iniciativas. Muito útil. Um dos autores, o sociólogo José Ricardo Ramalho, tem vasta produção nessa linha de investigação e, nesse sentido, a obra é o coroamento de uma trajetória já muito estabelecida, a qual esperamos que continue a dar frutos.

Feitas essas observações gerais, passa-se agora a alguns pontos os quais é preciso enfrentar.

Em vários momentos do texto, é possível perceber um certo *overlapping*, isto é, uma sobreposição entre o discurso dos entrevistados (quais sejam, os atores envolvidos na negociação pela compra dos caças *Gripen* e pela fabricação dos mesmos em solo nacional) e o dos autores, como que a desenhar um quadro de harmonia argumentativa. Isso aparece, por exemplo, em trechos tais como aquele que enfatiza a postura "proativa" do sindicalismo metalúrgico do ABC (págs. 15 e 108), e outros, como o de um dirigente daquele sindicato (pág. 100) que fala de um "relacionamento sério e propositivo entre capital e trabalho", o que, ainda que não com as mesmas palavras, é também o tom que anima o livro em tela. A referida harmonia argumentativa, aliás, causa boa impressão na recepção dele, conduzindo o leitor, diga-se de passagem, a uma fluidez do relato e a uma lógica consistente na descrição dos fatos que chega a ser cativante, dando sólido amparo empírico e analítico à história que é construída sobre o movimento sindical metalúrgico em sua vertente ABC dos últimos anos. Poder-se-ia objetar, justamente quanto a esse tópico, sobre a *parcialidade* do relato. Que ele omite, em sua análise, as versões mais críticas sobre o caminho seguido pelo "sindicalismo ABC" desde a virada "negocial" inaugurada com as câmaras setoriais nos meados dos anos 1990. É sabido, pelos que frequentam o debate acadêmico em sociologia do trabalho no Brasil, que essa é uma glosa recorrente na produção intelectual da área. Que o livro, enfim, tergiversa na *análise* por não contemplar tal tipo de crítica, e que é por demasiado complacente com o objeto que estuda.

Acontece que tal ponto de vista não se aplica a um trabalho como esse. Aqui exibe-se magistralmente também uma *análise*, mesmo que não explícita (talvez porque o projeto de pesquisa que deu ensejo à publicação não tivesse como propósito levá-lo tão longe), que é o das possibilidades, na cultura política brasileira pós-redemocratização, de uma *luta de classes democrática*, tendo o sindicalismo como ator de proa do processo. Nesse diapasão, é dessa

análise que se trata: de como os sindicatos podem lançar mão de um recurso de poder que as políticas neoliberais almejam recorrentemente suprimir, e em uma sociedade cuja variante de capitalismo não é a mesma, em vários aspectos importantes, daquela dos capitalismos, digamos, 'dominantes' e hegemônicos no Norte Global.

É fato que a plataformização do trabalho e o capitalismo em rede têm fragilizado o mundo do trabalho – e os sindicatos, por consequência –, mas é pouco vista e divulgada a reação organizada e politicamente orientada dos atores coletivos que preenchem esse lugar estrutural em uma sociedade de classes já relativamente madura. É preciso que a sociedade que se informa no espaço público – hoje profundamente modificado pelo advento da mídia digital que concorre com a mídia convencional – tenha conhecimento do que ocorre na "esfera recôndita", agora não mais da produção (como dizia Marx), mas da negociação coletiva, onde se jogam as cartas das escolhas do desenvolvimento, ou melhor, dos tipos ou estilos de desenvolvimento que se configuram a curto (compra dos caças *para hoje*, a fim de cobrir um déficit de defesa nacional), médio (fixação no território da produção local desses caças) e longo (geração de renda e riqueza, empregos e qualificação profissional como efeitos virtuosos em cadeia de tal escolha) prazos. É da influência dos sindicatos nas políticas públicas que se está falando neste livro. São dirigentes sindicais que vão aos poucos migrando de seu papel tradicional de representantes do chão de fábrica (outros vão assumindo esse lugar) para o de verdadeiros intelectuais, numa formação que não passa apenas pelos bancos escolares (mas passa *também* por eles: basta um lançar d'olhos para o perfil dos entrevistados às págs. 197-202), e que denota um processo rico de *mudança de pele* social que uma leitura rápida e superficial interpreta como "abandono de classe", "traição" ou mobilidade da cúpula do operariado tendente à classe média... Supondo estar certo o diagnóstico (e há fortes razões para acreditar que não está), estaríamos – por que não? – no caminho *certo*, isto é, no de uma sociedade moderno-industrial baseada na racionalidade burocrático-formal. Claro, com as contradições daí decorrentes. É no âmbito da *negociação coletiva* que se joga a luta de classes democrática – embora essa última não se reduza unicamente àquela, bem entendido. São essas as grandes nuvens sociológicas que vagueiam por cima das linhas aparentemente pouco pretensiosas de um trabalho como esse que se apresenta ao leitor.

No entanto, para crédito do ponto de vista mais desconfiado, forçoso é reconhecer que a distribuição das entrevistas (14 ao todo) foi desigual: apenas três sindicalistas, assim mesmo todos do 'alto escalão', sem nenhuma que pudesse auferir as vantagens do projeto dos caças de um ponto de vista algo pedestre, seja do chão de fábrica, seja da pura e simples cidadania; assim, o viés ficou mesmo do lado das empresas, da universidade e do poder público (especialmente aquele que 'bancou' o projeto do Arranjo Produtivo Local e da Câmara Regional do Grande ABC). Mesmo diante de um tal desbalanceamento, poder-se-ia objetar a ausência de uma perspectiva propriamente estratégico-militar ao relato da compra dos caças supersônicos, afinal se trata de um evento significativo da ótica da defesa nacional – um leitor que não frequenta

muito a sociologia do trabalho mas é seguidor dos debates naquela perspectiva poderia cobrar o seu tratamento; afinal, estavam envolvidas na licitação firmas francesas, norte-americanas e suecas, o que tem implicações geopolíticas evidentes. Embora a seção 3.7 (págs. 168-177) cubra um pouco essa lacuna, em favor dos autores pode-se argumentar que o foco, no entanto, não era esse, mas sobretudo as consequências sociais da transferência de tecnologia e da fixação no território.

Outro ponto que pode suscitar certo desconforto ao leitor mais crítico é o caderno de fotos ao final: compreensível num relatório de pesquisa – sobretudo por conta do financiamento dos patrocinadores – ele não dosa muito bem o componente propagandístico com o componente ilustrativo de um esforço de conhecimento genuíno, como é o caso da obra. Já os demais anexos, ao contrário, casaram-se muito bem com o texto. Faltou um índice onomástico de siglas e acrônimos. Há, como dizem os portugueses, algumas (poucas) 'gralhas' na revisão. Nada a ponto de comprometer o principal.

No mesmo tom, a relação entre sindicatos e trabalhadores está, podemos dizer, pressuposta todo o tempo do relato, nem sequer abordada indiretamente, e muito menos tratada explicitamente – resta saber em que *nível* da análise tal relação se torna relevante. Somos, enquanto receptores da narrativa, instados a crer que ela é estável ou não problemática. Levantar a questão se conecta mais com um debate interno aos estudos do trabalho do que com a coerência dos argumentos do livro em si, afinal o leitor não especializado não é obrigado a acompanhar aquele debate; porém, para os 'iniciados', convém trazer a ressalva.

Nesse ponto – o qual, creio, é o que informa os que seguem este periódico – é necessário entretanto entrar em algumas precisões. Ora, o livro aprofunda uma percepção esposada por uma corrente influente da sociologia do trabalho brasileira que, na passagem para o século XXI, cunhou o bordão dos estudos "além da fábrica",[2] isto é, incluindo os tópicos tais como o território, as políticas públicas e o papel da sociedade civil na conformação da pauta do chamado 'mundo do trabalho', ou seja, deslocado do tratamento privilegiado no processo de trabalho (o *shopfloor*) ou nas políticas de produção, então encaradas como excessivamente *micro*. Tal abordagem prosperou, ampliou-se e acolheu, por exemplo, a perspectiva das redes sociais de produção. Pode-se situar a pesquisa que deu ensejo à obra em tela como participando desse movimento intelectual.

Outro aspecto muito presente na crítica ao papel político do sindicalismo do ABC (que se conjuga aqui como 'influência em políticas públicas') é o de que se trata de um sindicato local que se arvora ao protagonismo nacional – um corporativismo não estatal, mas dessa vez derivado muito mais do próprio aparelho e da força desproporcional dentro do panorama dos demais sindicatos do país. O argumento, na verdade deveras formalista, ignora o fato básico de que o território (no caso, o ABC), assim como o regional, só se torna imediatamente 'nacional'

2 O marco é a obra SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo (org.). **Além da fábrica**. Trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

porque a última vaga da industrialização brasileira se concentrou ali. O 'território' e o 'regional', portanto, se *nacionalizam* quase que naturalmente. E com isso também o sindicato que os representa. Os efeitos sociais e políticos são sentidos até hoje. Nada a ver com o que a literatura anglo-saxã, em um argumento de outro tipo, incensava como o elogio da descentralização produtiva enquanto alternativa ao fordismo, e que aparece, aqui e ali, nas justificativas *savantes* – para usar uma terminologia bourdieusiana – para as políticas locais de desenvolvimento regional. Longe de constituir uma retomada do '*second industrial divide*' (pequenas e médias empresas de artesãos altamente qualificados fabricando produtos inovadores, que teria sido abafado pela industrialização de massa ainda no século XIX), conforme a arquitetura teórica da 'especialização flexível' de Piore e Sabel[3] colocou no debate, o "território", falando em termos de Brasil e de ABC, é filho da substituição de importações e de um esforço explícito de adensar um modelo produtivo calcado na grande indústria e na segunda revolução industrial. Mesmo alguns "novos territórios produtivos" que hoje emergiram – como é o caso de Porto Real, no oeste fluminense, estudado anteriormente por Ramalho e sua equipe –, são antes desdobramentos das estratégias de grandes corporações transnacionais (como as empresas automotivas) do que novos distritos industriais baseados em inovação e autonomia dos trabalhadores. Em termos de modalidade de desenvolvimento, o caso dos caças *Gripen*, da Saab, está muito mais do lado '*first'* do que do '*second industrial divide'*. Em suma, quem 'nacionalizou' São Bernardo foram as multinacionais; portanto, se há um suposto "corporativismo de São Bernardo", esse é fruto do movimento real da economia, ou seja, do 'ponto mais avançado' das relações de produção.

Passando quase despercebido está um depoimento que sai de um dos informantes e que é interessantíssimo para a reflexão da economia política do processo: a de que a estabilidade da cadeia produtiva é maior quando esta é protagonizada pelo *setor privado* (pág. 137), mais de – como se poderia esperar – pelo setor público. Contraintuitiva, tal asserção mostra que o debate sobre o papel do Estado na economia é mais complexo do que aparece (sobretudo porque a fala vem de um sindicalista) e que só uma pesquisa profunda pode suscitar o caleidoscópio de questões envolvidas quanto a esse tópico sensível do debate sobre o desenvolvimento – estabilidade de condições econômicas e previsibilidade são partes do cálculo empresarial tanto quanto o planejamento governamental.

Por último, digno de nota, e que não deve passar despercebido por nenhum estudioso contemporâneo do sindicalismo, é a captura bem informada e nevrálgica para o êxito da empreitada que foi a experiência de internacionalização da ação posta em prática pelos sindicatos brasileiros e suecos.[4] Não há muitos textos que deem conta dessas experiências, que, no entanto, existem e merecem maior exposição, pois iluminam todo um outro âmbito *ativo* e *propositivo* do sindicalismo. Ponto para os autores, pois.

3 PIORE, Michael; Sabel, Charles. **The Second Industrial Divide**: Possibilities for Prosperity. New York: Basic Books, 1984.

4 Internacionalização essa que também se estendia à esfera acadêmico-universitária, com parcerias entre universidades suecas e brasileiras (a UFABC).

Presentemente se discute a reconversão industrial da região, de polo automotivo para a indústria de defesa militar. É uma tentativa de manter a posição relativa dentro da geografia produtiva do país. O relato do livro de J. R. Ramalho e Jefferson J. da Conceição dá conta competentemente do recado, com todas as implicações que tal estória pode ter para as pessoas interessadas nesses assuntos e em outros mais amplos e mais estruturais a que o caso remete. Aqui buscou-se, nos limites de uma resenha, jogar alguma luz sobre eles (os assuntos) e elas (as implicações).

Bem escrito, bem organizado, bem acabado – tanto diagramaticamente (salves à editora!) quanto conteudisticamente – e cumpridos os propósitos a que se colocou, o saldo é extremamente positivo e a expectativa é de que *Caças supersônicos e o ABC Paulista* suscite o debate (há vários lados em que, como se procurou demonstrar, pode-se fazer uma leitura "além do livro" – para usar uma metáfora extraída da nota de rodapé n° 2). E sobretudo que seja lido com o cuidado e a atenção que merece, em especial por aqueles preocupados com o desenvolvimento tecnológico e com a construção de paradigmas que integrem os atores coletivos na busca por soluções nacionais (as tais 'políticas públicas') independentes que escapem às armadilhas do neoliberalismo com suas soluções fáceis – e, por isso mesmo, injustas.

Recebido em: 23/07/2025
Aceito em: 29/07/2025